



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE
BENS E SERVIÇOS PELO DISTRITO
FEDERAL Nº 017/2016-SEPLAG, nos
termos do Padrão nº 07/2002.**

PROCESSO Nº 410.001.961/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG n.º 973.748, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o n.º 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e, de outro lado, a empresa **SCHNEIDER ELETRIC IT BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA**, com sede na Avenida Eusébio de Queiroz, nº 6.274, Centro, CEP. 61.760-000, Cidade de Eusébio - CE, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.108.509/0001-00 e filial localizada na Avenida Marginal do Ribeirão dos Cristais, nº 200, portão A, parte 3, prédio 400, Distrito de Jordanésia, Cajamar – SP – CEP: 07.760-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.108.509/0002-82, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por **CLEBER PEREIRA DE MORAIS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 15.550.347-9, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 022.619.978-92, na qualidade de Administrador nos termos da Cláusula 15, § 3º da 8ª Alteração de Contrato Social (fls. 712 a 720).

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 52/2015 da **Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Ministério da Educação**, o qual

Schneider Electric
Risk Management



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

originou o procedimento de Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 52/2015 (SRP), às fls.537/561 do processo administrativo de contratação nº 410.001.961/2016; demanda da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SUTIC, especificada no Projeto Básico e seus anexos (fls. 79 a 160); pesquisa de preço (fls. 161 a 217), aprovação financeira à fl. 834 e autorização de despesa e empenho às fls. 843 a 847; regência na Lei 8.666/93, no Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações, no Decreto Distrital nº 36.519/2015, no Parecer Normativo nº 622/2015-PRCON/PGDF e no Ato Autorizativo da Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto Expansão da capacidade dos equipamentos já existentes (subsistemas de energia de emergência e climatização) do Centro de Dados do Distrito Federal, garantia on-site de 12 (doze) meses, conforme as disposições e condições constantes do Projeto Básico SUTIC e seus anexos (fls. 79 a 160), da Ata de Registro de Preços (fls. 537 a 561) oriunda do Edital de Pregão Eletrônico nº 52/2015 e seus anexos (fls. 361 a 401), na Proposta de fls. 285 a 345 e renovada às fls. 730 a 790, conforme tabela constante do Anexo I deste instrumento e detalhamento a seguir:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2015				
Item	Bens – Materiais Permanentes (449052)	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
1	Conjunto de Potência Hot Swap - Módulo UPS de, no mínimo, 10/16 kW, compatível com Symmetra 160K PX – APC	18	R\$ 25.500,00	R\$ 459.000,00
2	Conjunto Modular de Baterias Hot Swap - Linhas/Blocos de Baterias Hot Swap, compatível com Symmetra 160K PX APC	44	R\$ 10.500,00	R\$ 462.000,00
3	Conjunto de Disjuntores Gerenciáveis	14	R\$ 6.800,00	R\$ 95.200,00
4	Conjunto de Potência Hot Swap – Racks de UPS, para inserção dos Módulos UPS, Módulos de Bateria Hot Swap e Disjuntores Gerenciáveis, compatível com Symmetra 160K PX - APC	06	R\$ 58.133,34	R\$ 348.800,04
5	Conjunto de Ar Condicionado In-Row (Colling) de Precisão, de no mínimo 10 kW. (Evaporadora e Condensadora)	12	R\$ 95.000,00	R\$1.140.000,00
6	Módulo de Racks de 19" e Acessórios (com organizadores de cabos, tampas cegas de IU e complemento de rack para corredor quente).	14	R\$ 7.000,00	R\$ 98.000,00
7	Módulo de Distribuição Inteligente de Potência– PDU – Réguas Elétricas Gerenciáveis (com cabos de força C13 - C14, C19 – C20)	30	R\$ 4.200,00	R\$ 126.000,00
8	Módulo de Chaves de Transferência para Fonte (com cabos de força C13 - C14, C19 – C20)	04	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00
9	Módulo KVM IP / Console LCD KVM (Conjunto)	04	R\$ 30.200,00	R\$ 128.800,00
10	Módulos de Monitoramento Ambiental (Câmeras, Sensores Temperatura e Umidade, Sensores de Detecção de Líquidos e	03	R\$ 30.021,67	R\$ 90.065,01



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

“Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060”

	Sensores de Detecção de Fumaça, Sensores de Detecção de Abertura de Porta de Racks de TIC e Controladores de sensores)			
11	Módulos de Supervisão e Gerenciamento Ambiental (Software e Licenças)	01	R\$ 461.000,00	R\$ 461.000,00
SUBTOTAL DE PRODUTOS			R\$ 3.414.865,05	
Item	Serviços (339039)	QTDE	V Unit	V Total
12	Serviços Elétricos de Instalação, Comissionamento e Startup (Conjunto UPS Modular, Baterias e Disjuntores, Racks de UPS e Bypass) com Aplicação de Procedimentos Básicos e Serviços de Operação	12	R\$ 47.050,00	R\$ 564.600,00
13	Serviços de Instalação, Startup e Comissionamento da Unidade de Ar Condicionado, com Aplicação de Procedimentos Básicos de Operação e Instalação da Linha Frigorífera de Precisão com Proteção Mecânica. (Por Unidade)	12	R\$ 38.800,00	R\$ 465.600,00
14	Serviços de Montagem dos Sistemas de Confinamento Térmico para Racks de TIC com Acessórios e com Utilização de Material Aplicado (Por Unidade de Rack)	14	R\$ 14.528,57	R\$ 203.399,98
15	Serviços de Montagem dos Sistemas de Confinamento Térmico para Evaporadoras com Acessórios e com Utilização de Material Aplicado (Por Unidade de Evaporadora)	12	R\$ 7.700,00	R\$ 92.400,00
16	Serviços de Montagem e Customização do Monitoramento Ambiental com Utilização de Material Aplicado	03	R\$ 11.700,00	R\$ 35.100,00
17	Serviços de Configuração e Customização do Sistema de Supervisão e Gerenciamento Ambiental com Utilização de Material Aplicado	01	R\$ 48.200,00	R\$ 48.200,00
18	Serviços de Instalação de Conjuntos de Pré-Terminações de Dados entre Racks com Utilização de Material Aplicado	01	R\$ 673.700,00	R\$ 673.700,00
19	Serviço de Instalação de Piso Técnico Elevado com Utilização de Material Aplicado (m²)	50	R\$ 625,00	R\$ 31.250,00
SUBTOTAL DE SERVIÇOS			R\$ 2.114.249,98	
TOTAL			R\$ 5.529.115,03	

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma de Fornecimento e Execução dos Serviços

4.1 A CONTRATADA deverá entregar os equipamentos e realizar a instalação no endereço SAM – Setor de Áreas Municipais, Edifício Sede – CODEPLAN, 1º Andar, Brasília – DF, CEP: 70.620-000 ou em local posteriormente indicado pela CONTRATANTE.

4.1.1 O objeto deste Contrato deverá ser entregue em dias úteis, a partir das 8:00 h às 11:00 h e das 13:00 h às 17:00 h, em conformidade com a solicitação da CONTRATANTE, podendo, a critério da Administração, acontecer em dias não úteis e em horários diversos.

4.2 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto deste Contrato, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

Schneider Electric
Risk Management



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

4.3 Caso ocorra a inobservância do subitem anterior, a CONTRATADA ficará passível da aplicação das sanções administrativas previstas no presente edital.

4.4 A entrega dos novos componentes elétrico-eletrônicos, mecânicos e lógicos será acompanhada e fiscalizada pela Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (SUTIC) da SEPLAG.

4.5 O prazo de entrega e instalação dos novos componentes elétrico-eletrônicos, mecânicos e lógicos deverá ser no máximo de até **120 (cento de vinte) dias corridos**, nos termos do Edital do Pregão nº 52/2015 e da Proposta de fls. 285 a 345 e renovada às fls. 730 a 790, contados a partir do momento em que a CONTRATADA receber a nota de empenho.

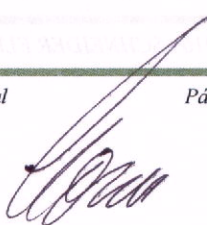
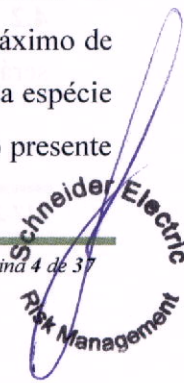
4.5.1 O prazo de entrega somente poderá ser estendido mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

4.6 O objeto deste Contrato será recebido:

4.6.1 **Provisoriamente**, pelo responsável, através de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal/Fatura (contendo descrição do objeto ofertado pela empresa) e/ou no conhecimento de transporte, devidamente datado e assinado, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações contidas no Projeto Básico, neste Contrato e seus Anexo;

4.6.1.1 Após o recebimento provisório do objeto deste Contrato, serão feitas as devidas análises para comprovar sua perfeita qualidade de acordo com o especificado no Projeto Básico, neste Contrato e seu Anexo, e com o que foi proposto pela CONTRATADA. Verificada qualquer irregularidade, o objeto deverá ser substituído, no todo ou em parte, conforme o caso, por conta e ônus da CONTRATADA, sendo, após a referida substituição, dado como recebido definitivamente e aceito;

4.6.1.2 A CONTRATADA terá a obrigação de substituir, a sua expensas, material de instalação com defeito, seja de fábrica ou em decorrência do transporte, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data de recebimento da notificação, por outro da mesma espécie e em perfeitas condições de uso, observando fielmente as especificações exigidas no presente Contrato.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

4.6.1.3 O ato do recebimento não importará sua aceitação, a qual ficará condicionada a inspeção da Subsecretaria responsável pela solicitação.

4.6.2 **Definitivamente**, pelo responsável pelo respectivo recebimento, depois de verificada a qualidade, quantidade e compatibilidade com o objeto contratado e sua consequente aceitação mediante carimbo e assinaturas (atesto e visto) apostos no verso da nota fiscal;

4.6.3 O recebimento do objeto deste Contrato, provisório ou definitivo, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade civil ou ético-profissional, ou de qualquer outra natureza, em relação à qualidade, inclusive no que concerne às especificações exigidas e normas aplicáveis, cabendo-lhe sanar, a sua expensas, quaisquer irregularidades detectadas e reprovasdas pela fiscalização.

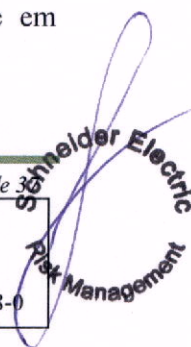
4.6.4 Deverão ser entregues materiais de fabricação recente, com manuais em português e todas as características e qualidades exigidas nas especificações, em cujas embalagens constem as datas de fabricação e prazo de validade, posto que esses dados serão conferidos pelo setor competente.

4.6.5 Todo material de instalação deverá ser entregue em embalagem adequada, de forma a proteger o conteúdo contra possíveis danos causados durante o transporte, desde a fábrica até o local da entrega, considerando-se embarques, desembarques, transporte marítimo, aéreo ou por rodovias não pavimentadas.

4.6.6 Durante a conferência dos materiais, objeto deste Contrato, o setor responsável verificará a condições das embalagens – estado de conservação, fechamento etc. – e de manuseio e armazenamento do respectivo conteúdo.

4.7 Todos os fatos anormais, verificados no decorrer da entrega do objeto contratado, deverão ter suas ocorrências anotadas em livro ou sistema próprio, no qual deverão ser registradas também as providências tomadas pela CONTRATADA.

4.8 Caberá à CONTRATANTE rejeitar total ou parcialmente o objeto entregue em desacordo com as especificações ou com irregularidades.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

4.9 Caso ocorra à inobservância de qualquer condição determinada nas subdivisões deste item, a CONTRATADA ficará passível de sofrer sanções administrativas, aplicadas conforme o Projeto Básico e o presente Contrato.

4.10 A CONTRATADA responderá solidariamente com os fornecedores, fabricantes ou importadores pela inadequação ou impropriedade de uso dos materiais a serem instalados.

4.11 Dos Níveis de serviços:

4.9.1 Os níveis de serviço esperados para atendimento a esses eventos se encontram na Tabela 1 abaixo, cabendo as seguintes observações:

Tabela 1- Níveis de Serviço

Atendimento presencial (on-site)

RA	Nível de Prioridade	Descrição	Atend.	Solução	Solução Definitiva
24x7	Extrema	Falha completa do negócio sem solução de contorno aceitável.	03 horas	02 horas	24 horas
24x7	Alta	Falha parcial ou degradação severa dos equipamentos sem solução de contorno aceitável. Instalação e correções (update) de <i>firmware</i> ou <i>software</i> com classificação de risco médio ou alto pelo fabricante da solução.	04 horas	04 horas	24 horas
24x7	Média	Falha parcial ou degradação severa dos serviços com solução de contorno aceitável.	04 horas	08 horas	24 horas

Regime de Atendimento (RA):

24x7 – 24 (vinte e quatro) horas por dia 07 (sete) dias por semana.

Prazo para Atendimento (PA):

Tempo máximo para o técnico da Contratada encontrar-se nas dependências da Contratante ou em outro local especificado no âmbito do Distrito Federal.

Prazo para Solução (PS):

Tempo máximo para solução do chamado a contar da hora de chegada do técnico



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

dependências da Contratante ou em outro local especificado no âmbito do Distrito Federal. Caso o tempo de atendimento seja inferior ao Prazo de Atendimento, o saldo poderá ser utilizado para estender o Prazo de Solução.

Prazo para Solução de Definitiva (PSD):

Caso a solução aplicada seja temporária, ou seja, nos casos em que foi aplicada uma solução de contorno aceitável, como a substituição do equipamento por um da Contratada, o Prazo para Solução Definitiva deverá ser aplicado.

Troca dos equipamentos:

Sendo necessária substituição de partes ou do equipamento, em qualquer Nível de Prioridade, o prazo máximo para troca será de 24 horas, que será contabilizado após o término dos demais prazos de Atendimento (PA) e Solução (PS).

4.11.1 O prazo de garantia para os componentes, produtos e equipamentos que compõem a solução será de 12 (doze) meses após a emissão do termo de recebimento definitivo, a CONTRATADA se responsabilizará pela execução da garantia on-site dos Subsistemas adquiridos.

4.11.2 A administração da garantia será de responsabilidade da contratada, devendo arcar com todas as despesas relacionadas, tais como fretes, correspondências, serviços próprios e de terceiros, partes e peças, despesas com deslocamento de equipes, despesas de comunicação, entre outros, inclusive no exterior, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

4.11.3 Sendo necessária a realização de algum procedimento de manutenção, devido à garantia, nos equipamentos, o prazo máximo deverá ser de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de saída e/ou retirada do equipamento da sede do operador. Em caso excepcional, em coordenação com a Contratante, sendo necessária a realização de algum procedimento de manutenção no exterior, o prazo máximo para envio e retorno do equipamento encaminhado para reparo não poderá exceder 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de saída e/ou retirada do equipamento da sede do operador. Ressalvado os prazos necessários para



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

exportação e reimportação do bem ou de componente necessário para o reparo e os respectivos prazos e tramites que porventura ocorram junto à aduana brasileira.

4.11.4 Durante o período de manutenção de equipamentos, devido à garantia, seja no Brasil ou no Exterior, a contratada deverá assegurar o pleno funcionamento dos Subsistemas adquiridos.

4.11.5 Nos casos de manutenção de equipamentos fundamentais para o funcionamento dos Subsistemas adquiridos, a contratada deverá fornecer equipamento temporário, durante o período de manutenção, devido a garantia, garantido assim que não haja nenhum prejuízo do seu funcionamento.

4.11.6 Todos os documentos de garantia, homologação e licenciamento dos equipamentos e sistemas incorporados deverão ser entregues no ato do recebimento definitivo do objeto. A CONTRATADA deverá incluir nesses documentos os contatos dos profissionais que serão responsáveis pelas manutenções de garantia.

4.11.7 A CONTRATADA deverá a partir da assinatura do contrato, indicar formalmente representante da empresa com os dados de nome, número do documento de identidade, telefone fixo, telefone móvel e endereço de correio eletrônico. Tal profissional servirá de elo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE e se responsabilizará por todas as providências solicitadas pela Administração, inerentes ao Objeto, durante toda a vigência da garantia.

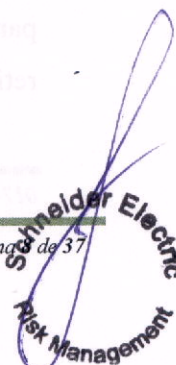
4.11.8 A contratada deverá disponibilizar um canal de atendimento de chamados de assistência técnica, através de atendimento telefônico, o qual deverá estar disponível durante 24 (vinte quatro) horas e nos 07 (sete) dias da semana.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

O valor total global do Contrato é de **R\$ 5.529.115,00 (cinco milhões, quinhentos e vinte e nove mil, cento e quinze reais)** e correrá à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

6.1.1 I – Unidade Orçamentária: 32.101

II – Programas de Trabalho: 04.126.6203.1471.0029

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39

IV – Fonte de Recursos: 100

O empenho inicial é de **RS 1.525.005,68** (um milhão, quinhentos e vinte e cinco, cinco reais e sessenta e oito centavos), conforme Nota de Empenho nº 2016NE01187, emitida em 26/09/2016, sob o evento nº 400091, na modalidade global.

6.1.2 I – Unidade Orçamentária: 32.101

II – Programas de Trabalho: 04.126.6203.1471.0029

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39

IV – Fonte de Recursos: 101

O empenho inicial é de **RS 589.244,30** (quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos), conforme Nota de Empenho nº 2016NE01188, emitida em 26/09/2016, sob o evento nº 400091, na modalidade global.

6.1.3 I – Unidade Orçamentária: 32.101

II – Programas de Trabalho: 04.126.6203.1471.0029

III – Natureza da Despesa: 4.4.90.52

IV – Fonte de Recursos: 100

O empenho inicial é de **RS 3.414.865,05** (três milhões, quatrocentos e quatorze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinco centavos), conforme Nota de Empenho nº 2016NE01189, emitida em 26/09/2016, sob o evento nº 400091, na modalidade global.

[Handwritten signature]
[Circular stamp: Ouvidoria de Combate à Corrupção]
[Circular stamp: Schneider Electric]
[Circular stamp: Risk Management]



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar Nota Fiscal Eletrônica à comissão executora após o Recebimento Definitivo emitido pela comissão, com valores descritos em moeda corrente nacional, juntamente com as seguintes certidões:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.2 O pagamento será feito conforme Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação pela CONTRATADA da Nota Fiscal/Fatura da empresa, devidamente atestada pela comissão executora do contrato. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias de sua apresentação, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.3 Os pagamentos serão realizados em moeda corrente nacional.

7.4 O CONTRATANTE se reserva ao direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados, prestando todos os esclarecimentos necessários à CONTRATADA, assegurado o direito à ampla defesa e o contraditório.

7.5 A Empresa com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 835, pág. 3, de 18/02/2011.

7.6 O valor da Nota Fiscal deverá ser o mesmo consignado na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, a CONTRATADA terá 05 (cinco) dias úteis após a notificação para realizar a substituição.

7.7 O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços e fornecimentos executados em desacordo com o objeto deste contrato. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços e fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis do CONTRATANTE notificarão por escrito à CONTRATADA, ficando suspenso o pagamento até que seja sanada a situação.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – Das garantias

9.1 Da garantia financeira:

9.1.1 Por ocasião da celebração do Contrato, a CONTRATADA deverá prestar garantia contratual correspondente a **2% (dois por cento)** do valor total do Contrato, correspondendo ao valor de **R\$ 110.582,30 (cento e dez mil, quinhentos e oitenta e dois reais e trinta centavos)**, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco

*Schneider Electric
Risk Management*



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - Seguro-garantia; ou

III - Fiança bancária.

9.1.2 A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos Arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) Somente poderá ser levantada após a extinção do Contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

b) Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - A cada renovação do Contrato a garantia deverá ser atualizada, desde que haja atualização do valor contratado;

V - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do Contrato.

VI – A garantia de execução do Contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, deve ter validade durante a execução do Contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013):

a) A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados de dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a cinco por cento do valor total do Contrato; (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

b) A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de: (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)
2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)
4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- c) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "b", observada a legislação que rege a matéria; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)
 - d) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE; (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)
 - e) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento); (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)
 - f) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993; (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)
 - g) o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)
 - h) a garantia será considerada extinta: (Incluído a pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)
1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato; e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)
 2. Após o término da vigência do Contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro; (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

i) o CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

9.2 Da Garantia Técnica e Níveis de Serviços.

9.2.1 – A garantia, englobando materiais e serviços, contar-se-á a partir do recebimento definitivo dos materiais ou da execução definitiva dos serviços, cuja regularidade e/ou adequação deverão ser devidamente certificadas, ficando o fornecedor responsável por todas as despesas de manutenção corretiva em caso de defeito de fabricação ou decorrente da instalação, durante o período de garantia.

9.2.2 – Ao longo do período de garantia deverão acontecer pelo menos 2 (duas) visitas técnicas ao local de instalação, ao ano, para checagem preventiva dos equipamentos, incluindo verificação dos logs de eventos e limpeza dos equipamentos.

9.2.3 – A CONTRATADA prestará, na vigência do prazo de garantia, serviços de assistência técnica corretiva, em casos de defeito de fabricação dos produtos ou defeitos de instalação, sem implicar qualquer espécie de ônus para a CONTRATANTE.

9.2.4 – As despesas com a execução da garantia serão custeadas pela CONTRATADA, incluindo-se as despesas com transporte na prestação da assistência técnica, as despesas diretas e indiretas, como taxas, tributos e seguros, garantias contratuais e demais custos, observando-se, inclusive, o disposto no § 5º do art. 56 da Lei 8.666/1993.

9.2.5 – A CONTRATADA deverá garantir o material fornecido e o serviço prestado, substituindo ou reparando o material que apresentar qualquer tipo de defeito/pane, exceto quando decorrente do uso indevido pela CONTRATANTE, e refazendo o serviço executado em desacordo com o contrato.

9.2.5.1 – Nos casos de comprovação de uso indevido pela CONTRATANTE, de que resulte pane ou defeito, a CONTRATADA deverá apresentar laudo técnico acompanhado de orçamento detalhado dos custos relativos à reparação.

Schneider Electric
Risk Management



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

9.2.5.2 – A CONTRATADA estará dispensada das despesas com reparação, nos casos em que a pane for causada pelo uso indevido pela CONTRATANTE, que deverá ser comprovado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE.

9.2.5.3 – A CONTRATADA deverá realizar perícia no material/equipamento com defeito, antes de retirá-lo das dependências/instalações da CONTRATANTE, a fim de repará-lo. Nos casos eventuais de comprovação de uso indevido após a retirada do material ou equipamento das dependências ou instalações da CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA a restituição em perfeitas condições.

9.2.6 – A retirada do material ou equipamento defeituoso das dependências ou instalações da CONTRATANTE será acompanhada da descrição clara do defeito, devendo também retornar com a descrição clara do reparo executado.

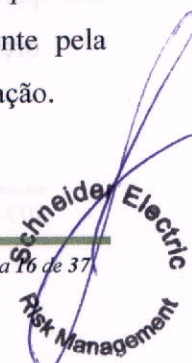
9.2.7 – A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas relativas ao transporte de material ou equipamento para reparo, independentemente de quem tenha sido responsável pelo defeito.

9.2.8 – A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega dos materiais ou equipamentos até a sede da CONTRATANTE.

9.2.9 – Os serviços reprovados, por executados fora das especificações ou normas aplicáveis, devem ser refeitos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir da solicitação oficial.

9.2.10 – Os materiais da instalação, com defeito, seja de fábrica ou em decorrência do transporte, devem ser substituídos por outro da mesma espécie em perfeitas condições de uso, observando fielmente as especificações exigidas no presente edital, prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir da solicitação oficial.

9.2.11 – Os serviços e materiais rejeitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas especificações ou forma de prestação diverjam do que consta do presente edital, ou por não serem classificados como de primeira qualidade, deverão ser refeitos prontamente pela CONTRATADA, com a antecedência necessária ao andamento cronológico da instalação.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

9.2.12 – Após a instalação definitiva dos equipamentos, a CONTRATADA deverá ministrar, in loco, treinamento técnico-operacional para o manuseio dos equipamentos instalados, sendo de sua inteira responsabilidade a escolha de instrutores, podendo, entretanto, a CONTRATANTE solicitar substituição dos referidos instrutores, quando assim julgar conveniente.

9.2.13 – Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais etc., bem como as despesas e providências concernentes às exigências legais perante os órgãos públicos correrão por conta da CONTRATADA.

9.2.14 – A contratada deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, após a assinatura do contrato, na entidade reguladora/fiscalizadora pertinente ao objeto contratado.

9.2.15 – A CONTRATANTE, a seu alvedrio, poderá aceitar outras soluções técnicas diferentes das especificadas no presente edital, desde que a CONTRATADA comprove serem tecnicamente equivalentes ou superiores, caso em que a CONTRATANTE, se achar necessário, solicitará à CONTRATADA comprovação realizada em laboratórios e/ou em instalações existentes.

9.2.15 – Admitir-se-á prorrogação da vigência do Contrato, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1 Acompanhar e fiscalizar, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, a execução do contrato através de comissão executora especialmente designada, fazendo as anotações e registros de todas as ocorrências e determinando o que for necessário a regularização das falhas e defeitos observados, e ainda propor aplicação de penalidades e a rescisão do contrato, caso a empresa desobedeça qualquer das cláusulas estabelecidas;

10.2 Conferir, vistoriar e aprovar os equipamentos entregues, verificando a conformidade com as descrições apresentada no edital de licitação e seus anexos;

Schneider Electric
Risk Management



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- 10.3 Disponibilizar e acompanhar a Contratada no acesso às instalações físicas do Datacenter para entrega dos equipamentos;
- 10.4 Proporcionar todos os meios para que a Contratada possa desempenhar os serviços objeto da contratação;
- 10.5 Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as normas orçamentárias, financeiras e contábeis do Distrito Federal;
- 10.6 Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- 10.7 Notificar, formal e tempestivamente a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato, sem prejuízo as sanções cabíveis;
- 10.8 Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas e penalidades a serem aplicadas, assegurando a ampla defesa e o contraditório;
- 10.9 Permitir o acesso dos empregados da Contratada, devidamente identificados, para a execução dos serviços de manutenção e garantia on-site;
- 10.10 Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços não obstante a fiscalização da Contratada;
- 10.11 Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, de acordo com as obrigações assumidas no contrato e na sua proposta de preços, por meio dos servidores designados;
- 10.12 Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas dos equipamentos da solução;
- 10.13 Manter registros dos serviços desempenhados;
- 10.14 Apurar responsáveis pelos danos/falhas a fim de aplicar sanções cabíveis;
- 10.15 Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

10.16 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços/entregas que sejam executados em desacordo com o Contrato, aplicando as penalidades cabíveis;

10.17 Instruir a empresa acerca das normas de segurança e prevenção de incêndio implantadas no Datacenter;

10.18 Solicitar, a qualquer tempo, comprovação das condições da empresa, notadamente a qualificação econômico-financeira;

10.19 Realizar análise técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento e de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados;

10.20 Prestar todos os esclarecimentos necessários à Contratada referente aos valores glosados, no qual terá assegurado a ampla defesa e o contraditório;

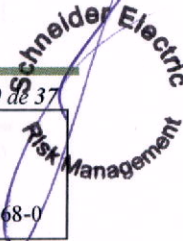
10.21 Classificar o nível de prioridade quando da abertura de chamados de suporte técnico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

11.1 Ao final dos trabalhos a CONTRATADA apresentará o Relatório Final em até 30 (trinta) dias após a conclusão dos Serviços Contratados. Nele será informado o histórico da obra e seus antecedentes, desde a fase de projeto executivo, todos os eventos técnicos e administrativos relevantes ocorridos. Deverá ser acompanhado de um relatório de validação do "as built", sendo a sua entrega condição indispensável para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto.

11.2 Cabe à CONTRATADA a emissão e o registro ao órgão competente do documento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e manter o documento vigente durante todo o período de execução do entrega e implementação.

11.3 Responsabilizar-se pela garantia do Objeto, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida no Projeto Básico.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.4 Entregar o material com manual completo da Solução em língua portuguesa, de operação e manutenção da mesma.

11.5 Alocar profissionais com o nível de capacitação adequado para execução do objeto do presente Projeto Básico.

11.6 A Contratada deverá executar serviços civis em todos os ambientes, novos ou existentes, que sofrerem algum tipo de intervenção, a serem confirmados contra o projeto executivo.

11.7 Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente Projeto Básicos, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

11.8 Garantir a melhor qualidade dos materiais, atendidas as especificações exigidas neste Projeto Básico.

11.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº. 8.666/1993.

11.10 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, em decorrência da execução do presente CONTRATO, incluindo os danos causados a terceiros, a qualquer título.

11.11 Em consonância com as prescrições insertas no inciso XVIII, do art. 19, da IN SLTI/MP nº 02/2008, a execução completa do contrato somente se caracterizará quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada.

11.12 Não veicular, em hipótese alguma, publicidade ou qualquer outra informação a cerca das atividades referente a entrega do Objeto deste Projeto Básico, sem prévia autorização da CONTRATANTE, mantendo total sigilo das informações (escritas, faladas, áudio, vídeo, imagens e produtos).

11.13 Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

seus empregados, no desempenho de seus serviços ou conexões com eles, ainda que verificados das dependências da CONTRATANTE onde serão implementadas as Soluções.

11.14 Não vincular o pagamento dos salários e demais benefícios de seus empregados aos pagamentos das faturas pelo CONTRATANTE. Dessa forma, o atraso do pagamento de fatura por parte do CONTRATANTE, por circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos seus empregados.

11.15 Efetuar as comunicações por escrito à Administração, no prazo de até 24 horas, de qualquer fato que impossibilite ou que de alguma forma interfira na execução das suas obrigações, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

11.16 Comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer situação que caracterize descumprimento das obrigações constantes deste projeto básico.

11.17 Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas para fins de contratação pela Administração Pública, apresentando, sempre que exigido pela CONTRATANTE, os comprovantes, bem como manter informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos.

11.18 Apresentar formalmente, no momento da assinatura do contrato, representante da empresa e substituto eventual, os quais deverão ter capacidade gerencial permanente para tratar de todos os assuntos relativos ao objeto do contrato, fornecendo nome, dados de qualificação, endereços, e-mails e telefones fixos e celulares.

11.19 A CONTRATADA deverá manter representante, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

11.20 A CONTRATADA deverá entregar toda documentação gerada em material impresso, quando for o caso, e em mídia digital editável.

11.21 A CONTRATADA deverá oferecer a garantia on-site pelo período de 12 meses, suporte técnico remoto e presencial.

11.22 Oferecer endereço de e-mail e/ou sistema online, número de telefone local e/ou gratuito para abertura de chamados técnicos de suporte, cujo tempo de espera não seja superior a 60 (sessenta) segundos.

Schneider Electric
Risk Management



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.23 Associar um número de identificação único ao chamado, para acompanhamento e referências futuras, datado e numerado, contendo os procedimentos realizados durante o chamado e informações sobre eventuais itens substituídos ou reinstalados.

11.24 Atender ao Nível Mínimo de Serviço Exigido estabelecido.

11.25 Entregar todos os equipamentos em até 60 (Sessenta) dias após a Assinatura do Contrato.

11.26 A Contratada deverá encaminhar o Termo de Garantia, conforme Anexo IV, em até 15 (quinze) dias após a emissão do Termo de Aceite Definitivo, fazendo constar a descrição e quantidade dos equipamentos e o período de vigência da garantia.

11.27 Os equipamentos da solução deverão ser novos, de primeiro uso, em sua última versão. Devem constar na linha de produção do fabricante e, por ocasião do contrato, não devem constar na lista de produtos que serão descontinuados (*end-of-life / end-of-support*).

11.28 Fornecer todos os manuais do fabricante da solução em formato digital em português brasileiro e/ou inglês.

11.29 Fornecer senhas de acesso, quando requeridas, à base de conhecimento do fabricante, documentação e suporte técnico disponibilizados na Internet até o término da garantia contratual. Fornecer o objeto para o qual se sagrar vencedora, em estrita conformidade com as especificações e condições exigidas neste contrato, bem como naquelas resultantes de sua proposta, devendo já estar inclusos nos valores propostos todos os custos, impostos, taxas e demais encargos pertinentes à formação do preço;

11.30 Substituir os equipamentos não aceitos pelo CONTRATANTE em prazo não superior ao indicado no subitem listado abaixo, contados da ciência da rejeição:

- Constatada a ocorrência de divergência na especificação técnica, falhas de componentes, defeitos de fabricação e operação ou qualquer outro defeito apresentado durante o transporte, a entrega dos equipamentos, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar a substituição do equipamento, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação da ocorrência por parte do CONTRATANTE, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades previstas na legislação vigente, e no instrumento contratual.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.31 Responsabilizar-se pelo ônus de retirada e devolução dos equipamentos para realização de serviços de garantia fora das dependências do CONTRATANTE;

11.32 Comprovar em até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato:

a) Que os serviços de garantia serão prestados pelo fabricante dos equipamentos, ou por meio de empresas credenciadas por este, com disponibilidade de atendimento em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal;

b) A qualificação técnica dos funcionários da Contratada, por meio de Certificado ou Atestado de Capacidade Técnica, emitidos pelo fabricante do equipamento, declarando que são devidamente treinados e com capacitação técnica inerente ao desempenho da atividade pertinente e compatível com as características do objeto da licitação, bem como da entrega, e garantia dos equipamentos que irão atender o CONTRATANTE.

11.33 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados aos equipamentos, instalações, patrimônios e bens da Administração ou de terceiros, em decorrência da entrega ou retirada dos produtos e da execução dos serviços garantia;

11.34 Manter, durante a execução do contrato e da garantia, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.35 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações oriundas da contratação, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

11.36 A CONTRATADA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE;

11.37 À CONTRATADA caberá participar da reunião inicial, apresentando o preposto, prestando e recebendo esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do contrato;

Schneider Electric
Risk Management



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.38 A CONTRATADA deverá manter representante, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário;

11.39 Prestar todos esclarecimentos necessários durante a vigência contratual, inclusive o período de manutenção e suporte técnico em garantia on-site.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais regulamentações sobre o assunto.

12.2 Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

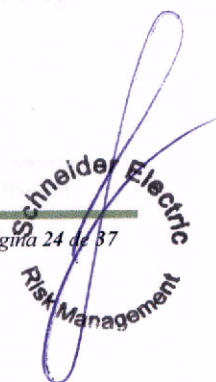
13.1 O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou cobrada judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao CONTRATANTE, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.2 - Das Espécies

13.2.1 – A CONTRATADA que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, está sujeita às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006, 35.831, de 19/09/2014 e 36.974, de 11/12/2015:

I - advertência;

II - multa; e





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2. – A CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a CONTRATADA será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

13.2.3 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 - Da Advertência

13.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a CONTRATADA descumprir qualquer obrigação, e será expedida pelo ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE.

13.4 - Da Multa

13.4.1 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, pelo ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE, por atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

Schneider Electric
Risk Management



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação CONTRATADA;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do Contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à CONTRATADA a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo Contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

13.4.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do Contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou Contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade CONTRATANTE em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.1.

13.4.8 – A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5 - Da Suspensão

13.5.1 – A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da CONTRATADA no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Logística, a CONTRATADA permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a CONTRATANTE deixar de entregar, no prazo estabelecido no Contrato os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do Contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 - É competente para aplicar a penalidade de suspensão o ordenador de despesas do órgão CONTRATANTE.

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.6 - Da Declaração de Inidoneidade

13.6.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

13.6.2 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 - Das Demais Penalidades

13.7.1 – Caso a CONTRATADA apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios pratique atos irregulares ou ilegalidades, estará sujeita às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

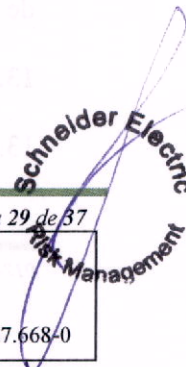
13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos Contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 - Do Direito de Defesa





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5 Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.6 Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9 - Do Assentamento em Registros

13.9.1 Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

13.9.2 As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.10 Da Sujeição a Perdas e Danos

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações**, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser rescindido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

15.1 O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Contrato, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 No caso de rescisão motivada nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados à Administração, os direitos de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Acompanhamento e Fiscalização

17.1 A execução e a fiscalização da entrega dos materiais e dos serviços será acompanhada e fiscalizada por comissão especialmente designada para esse fim, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

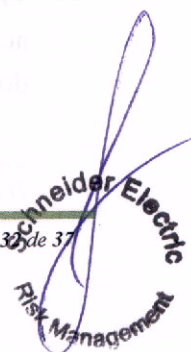
17.2 A CONTRATADA deverá apresentar documentos complementares, que poderão ser aceitos pelo CONTRATANTE, para comprovação do serviço prestado.

17.3 À Comissão de Fiscalização do Contrato caberá:

- a) Controlar os prazos de vigência do instrumento contratual, atentando para os prazos de entrega e dos serviços de suporte em garantia;
- a) Rejeitar no todo ou em parte, qualquer material ou serviço que não esteja de acordo com as exigências e especificações do Projeto Básico, ou aquele que não seja comprovadamente original e novo, assim considerado de primeiro uso, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento, bem como fazer cumprir os prazos para substituição do material;
- b) Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a regularização das falhas ou defeitos;
- c) Receber a Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e atestar o correto recebimento dos equipamentos, para fins de liquidação e pagamento;
- d) Comunicar à CONTRATADA, formalmente, as irregularidades cometidas;
- e) Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de modificação contratual;
- f) Encaminhar aos superiores problemas que fogem à sua competência ordinária;
- g) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do Contrato e dos respectivos serviços em garantia, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da proibição de utilização de mão de obra infantil

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227, § 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente Contrato, sob pena de rescisão contratual imediata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2016.

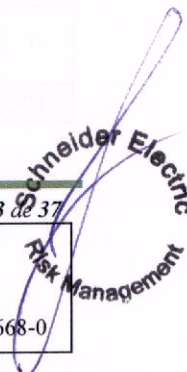
Pelo Distrito Federal:

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS
Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela CONTRATADA:

CLEBER PEREIRA DE MORAIS

Administrador





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

ANEXO I

Item	Bens e Serviços	QTD	Registro de preços em Reais (R\$)	
			Valor Unitário (R\$)	Valor Total
1	Conjunto de Potência Hot Swap - Módulo UPS de, no mínimo, 10/16 kW, compatível com Symmetra 160K PX - APC	18	R\$ 25.500,00	R\$ 459.000,00
19	MÓDULO UPS DE, NO MÍNIMO, 10/16 KW	18	R\$ 25.500,00	R\$ 459.000,00
2	Conjunto Modular de Baterias Hot Swap - Linhas/Blocos de Baterias Hot Swap, compatível com Symmetra 160K PX APC	44	R\$ 10.500,00	R\$ 462.000,00
8	LINHAS/BLOCOS DE BATERIAS HOT SWAP	44	R\$ 10.500,00	R\$ 462.000,00
3	Conjunto de Disjuntores Gerenciáveis	14	R\$ 6.800,00	R\$ 95.200,00
11	MÓDULO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA 3X1 TRIPOLAR DE 32 A OU TRIFÁSICO DE 63A	14	R\$ 6.800,00	R\$ 95.200,00
4	Conjunto de Potência Hot Swap - Racks de UPS, para inserção dos Módulos UPS, Módulos de Bateria Hot Swap e Disjuntores Gerenciáveis, compatível com Symmetra 160K PX - APC	6	R\$ 58.133,33	R\$ 348.800,00
22	RACK DE BYPASS DE MANUTENÇÃO COM PAINEL DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA MODULAR	2	R\$ 75.500,00	R\$ 151.000,00
23	RACK UPS	2	R\$ 51.900,00	R\$ 103.800,00
24	RACKS DE BATERIAS	2	R\$ 47.000,00	R\$ 94.000,00
5	Conjunto de Ar Condicionado In-Row (Colling) de Precisão, de no mínimo 10 kW. (Evaporadora e Condensadora)	12	R\$ 95.000,00	R\$ 1.140.000,00
2	CONDENSADORA EXPANSÃO DIRETA	12	R\$ 36.000,00	R\$ 432.000,00
6	EVAPORADORA INROW	12	R\$ 59.000,00	R\$ 708.000,00
6	Módulo de Racks de 19" e Acessórios (com organizadores de cabos, tampas cegas de 1U e complemento de rack para corredor quente)	14	R\$ 7.000,00	R\$ 98.000,00
21	RACK DE 42 U	14	R\$ 7.000,00	R\$ 98.000,00
7	Módulo de Distribuição Inteligente de Potência- PDU - Réguas Elétricas Gerenciáveis (com cabos de força C13 - C14, C19 - C20)	30	R\$ 4.200,00	R\$ 126.000,00
12	MÓDULO DE DISTRIBUIÇÃO INTELIGENTE DE POTÊNCIA- PDU - RÉGUAS ELÉTRICAS GER.	30	R\$ 4.200,00	R\$ 126.000,00
8	Módulo de Chaves de Transferência para Fonte Única (com cabos de força C13 - C14, C19 - C20)	4	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00
10	MÓDULO DE CHAVES DE TRANSFERÊNCIA PARA FONTE ÚNICA	4	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00
9	Módulo KVM IP / Console LCD KVM (Conjunto)	4	R\$ 30.200,00	R\$ 120.800,00
17	MÓDULO KVM IP DIGITAL COM 16 PORTAS	4	R\$ 30.200,00	R\$ 120.800,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

10	Módulos de Monitoramento Ambiental (Câmeras, Sensores Temperatura e Umidade, Sensores de Detecção de Líquidos e Sensores de Detecção de Fumaça, Sensores de Detecção de Abertura de Porta de Racks de TIC e Controladores de sensores)	3	R\$ 30.021,67	R\$ 90.065,00
14	MÓDULO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL	3	R\$ 6.250,00	R\$ 18.750,00
4	DISPOSITIVO DE ALARME VISUAL	3	R\$ 1.400,00	R\$ 4.200,00
5	DISPOSITIVO DE MONITORAMENTO DE IMAGENS E ALARME VISUAL	6	R\$ 1.700,00	R\$ 10.200,00
25	SENSOR DE DETECÇÃO DE ABERTURA DE PORTAS DE RACKS 19"	14	R\$ 850,00	R\$ 11.900,00
26	SENSOR DE DETECÇÃO DE FUMAÇA	6	R\$ 1.090,00	R\$ 6.540,00
27	SENSOR DE DETECÇÃO DE LÍQUIDOS E ÁGUA	14	R\$ 1.650,00	R\$ 23.100,00
29	SENSOR TEMPERATURA E UMIDADE	75	R\$ 205,00	R\$ 15.375,00
11	Módulos de Supervisão e Gerenciamento Ambiental (Software e Licenças)	1	R\$ 461.000,00	R\$ 461.000,00
16	MÓDULO DE SUPERVISÃO AMBIENTAL	2	R\$ 40.000,00	R\$ 80.000,00
13	MÓDULO DE GERENCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA	1	R\$ 381.000,00	R\$ 381.000,00
12	Serviços Elétricos de Instalação, Comissionamento e Startup (Conjunto UPS Modular) com Aplicação de Procedimentos Básicos e Serviços de Operação. (Por Unidade)	12	R\$ 47.050,00	R\$ 564.600,00
32	SERVIÇOS POR REGIME DE TAREFA DE COMISSIONAMENTO DO SISTEMA UPS	4	R\$ 14.500,00	R\$ 58.000,00
38	S.R.T. DE INST. MONTAGEM DO RACK DE BYPASS DE MAN. P.DE DIST. ELÉTRICA (PDE)	2	R\$ 6.100,00	R\$ 12.200,00
39	S.R.T. DE INST. MONTAGEM DO SISTEMA DE BATERIAS DO UPS	2	R\$ 6.100,00	R\$ 12.200,00
40	S.R.T. DE INST. MONTAGEM DO SISTEMA DE POTÊNCIA DO UPS	4	R\$ 10.500,00	R\$ 42.000,00
41	S.R.T. DE INST. ELÉTRICAS PARA GERADOR (METRO LINEAR) (ANTIGO UPS-TIPO1 ML)	100	R\$ 1.325,00	R\$ 132.500,00
59	SERVIÇOS POR REGIME DE TAREFAS DE INSTALAÇÃO DOS PAINÉIS TTA – COLUNAS TTA	6	R\$ 3.700,00	R\$ 22.200,00
62	S.R.T. DE MONT. PAINÉIS ELÉTRICOS MOD.GER.REG. P/ DC – COL. TTA TP 3 – ENT. DE CABOS	3	R\$ 7.000,00	R\$ 21.000,00
63	S.R.T. DE MONT. PAINÉIS ELÉTRICOS MOD.GER.REG. P/ DC – COL. TTA TP 1 – CAP. DE 630A	2	R\$ 110.000,00	R\$ 220.000,00
64	S.R.T. DE MONT. PAINÉIS ELÉTRICOS MOD.GER.REG. P/ DC – COL. TTA TP 2 – CAP. DE 250A	1	R\$ 44.500,00	R\$ 44.500,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

13	Serviços de Instalação, Startup e Comissionamento da Unidade de Ar Condicionado, com Aplicação de Procedimentos Básicos de Operação e Instalação da Linha Frigorígena de Precisão com Proteção Mecânica. (Por Unidade)	12	R\$ 38.800,00	R\$ 465.600,00
30	SERVIÇOS POR REGIME DE TAREFA DE COMISSIONAMENTO DO SISTEMA DE CLIM.	12	R\$ 14.250,00	R\$ 171.000,00
33	SERVIÇOS POR REGIME DE TAREFA DE INSTALAÇÃO DA CONDENSADORA	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
34	SERVIÇOS POR REGIME DE TAREFA DE INSTALAÇÃO DA EVAPORADORA	12	R\$ 1.550,00	R\$ 18.600,00
35	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DA REDE FRIGORÍGENA (REFERÊNCIA: POR METRO LINEAR)	400	R\$ 600,00	R\$ 240.000,00
14	Serviços de Montagem dos Sistemas de Confinamento Térmico para Racks de TIC com Acessórios e com Utilização de Material Aplicado (Por Unidade de Rack)	14	R\$ 14.528,57	R\$ 203.400,00
45	S.R.T. DE MONT. DE COBERTURA PARA COR.Q/F - COB. DE 600 MM PARA RACKS 19"	14	R\$ 8.000,00	R\$ 112.000,00
46	S.R.T. DE MONT. DE PORTA DE FECHAMENTO PARA CORREDOR QUENTE/FRIO	2	R\$ 23.200,00	R\$ 46.400,00
48	S.R.T. DE MONT. DE PROLONGADOR DE 600 MM PARA RACK 19" PARA CONF. TÉRMICO	6	R\$ 7.500,00	R\$ 45.000,00
15	Serviços de Montagem dos Sistemas de Confinamento Térmico para Evaporadoras com Acessórios e com Utilização de Material Aplicado (Por Unidade de Evaporadora)	12	R\$ 7.700,00	R\$ 92.400,00
44	S.R.T. DE MONT. DE COBERTURA DE 300 MM PARA RACK EVAPORADORA	12	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00
47	S.R.T. DE MONT. DE PROLONGADOR DE 300 MM PARA RACK EVAPOR P/ CONF. TÉRMICO	4	R\$ 5.100,00	R\$ 20.400,00
16	Serviços de Montagem e Customização do Monitoramento Ambiental com Utilização de Material Aplicado	3	R\$ 11.700,00	R\$ 35.100,00
56	S.R.T. DE CONF. E STARTUP DE MÓDULO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL	3	R\$ 10.000,00	R\$ 30.000,00
61	S.R.T. DE MONT. DO MÓDULO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL	3	R\$ 1.700,00	R\$ 5.100,00
17	Serviços de Configuração e Customização do Sistema de Supervisão e Gerenciamento Ambiental com Utilização de Material Aplicado	1	R\$ 48.200,00	R\$ 48.200,00
55	S.R.T. DE CONF. E STARTUP DE MÓDULO DE GERENCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA	1	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00
57	S.R.T. DE CONF. E STARTUP DE MÓDULO DE SUPERVISÃO AMBIENTAL	2	R\$ 14.500,00	R\$ 29.000,00
18	Serviços de Instalação de Conjuntos de Pré-Terminações de Dados entre Racks com Utilização de Material Aplicado	1	R\$ -	R\$ 673.700,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

51	S.R.T. DE C.E. – ESPELHAMENTO RACK A RACK EM F.OPT.MT OM3 50/125 µM (24P RACK).	14	R\$	17.000,00	R\$	238.000,00
52	S.R.T. DE C.E. – ESPELHAMENTO RACK A RACK EM CAB. MET. CAT 6A (24 P EM C/ RACK).	14	R\$	21.500,00	R\$	301.000,00
53	S.R.T. DE C.E. – REMANEJAMENTO DE PONTO DE CAB. MET. (CAT5E, CAT6 E CAT6A)	780	R\$	105,00	R\$	81.900,00
54	S.R.T. DE C.E. – REMANEJAMENTO PONTO DE FIBRA OPTICA (PAR RX/TX)	240	R\$	220,00	R\$	52.800,00
19	Serviço de Instalação de Piso Técnico Elevado com Utilização de Material Aplicado (m²)	50	R\$	625,00	R\$	31.250,00
50	SERVIÇOS POR REGIME DE TAREFA DOS MÓDULOS DE PISO TÉCNICO (M²)	50	R\$	625,00	R\$	31.250,00
VALOR TOTAL			R\$			5.529.115,00